

economia

Candiota terá planta de hidrogênio verde

Iniciativa contará com aporte de aproximadamente R\$ 14 milhões provenientes de programa estadual e empresa parceira

/ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O contrato entre o governo do Estado, por meio do Badesul, e a empresa Âmbar Sul Energia para a instalação de uma planta industrial voltada à produção de hidrogênio no município de Candiota foi assinado ontem.

A solenidade teve início às 10h40min, no Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff), em Porto Alegre, e contou com a presença do governador Eduardo Leite, além da secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), Marjorie Kauffmann, do presidente do Badesul, Claudio Gastal, e do gerente de P&D e Inovação da Âmbar Energia, Dániel Amaral Dantas.

O projeto, que será desenvolvido na região da Campanha gaúcha, foi contemplado no Edital de Desenvolvimento da Cadeia do Hidrogênio Verde (H₂V-RS) e inte-

gra a estratégia de descarbonização e transição energética do Rio Grande do Sul.

A iniciativa terá o auxílio de aproximadamente R\$ 10 milhões dentro do programa estadual e mais um aporte de cerca de R\$ 4 milhões da Âmbar, totalizando um montante na ordem de R\$ 14 milhões.

A proposta prevê a implantação de uma unidade industrial em Candiota para a produção de hidrogênio verde a partir de energia solar fotovoltaica. A perspectiva é de que a realização da planta leve cerca de 21 meses.

O hidrogênio, conforme informações do governo gaúcho, será utilizado em processos industriais e como vetor energético limpo, promovendo a descarbonização, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável na região.

A iniciativa visa substituir o hidrogênio cinza (oriundo de fontes fósseis) por hidrogênio verde (proveniente de recursos renová-



Governo do Estado assinou contrato com a Âmbar Sul Energia

veis) no processo de refrigeração do gerador da termelétrica a carvão Candiota 3, por meio de eletrólise da água, alimentada por uma planta solar já existente e um sistema de armazenamento de energia. A nova planta deve-

rá ter a capacidade de 63,5 mil Nm³ (metro cúbico normal) por ano de hidrogênio verde.

A ação é uma colaboração

entre Âmbar Sul Energia, Arpoador Energia e H2D Energy, e tem como principal objetivo reduzir as emissões de carbono nas operações da usina, com estimativa de corte de 49.136 quilos de CO₂ por ano.

A secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura reforça que a expectativa é que os empreendimentos ligados à área de

hidrogênio verde tenham uma proporção ainda maior nos próximos anos. "Acreditamos que esse seja um projeto de futuro", afirma Marjorie.

Já o gerente de P&D e Inovação da Âmbar Energia adianta que, além da compra de equipamentos, os próximos meses serão aproveitados para o desenvolvimento de linhas de pesquisa. "Para avaliar o uso do hidrogênio verde em outras aplicações", comenta Dantas.

Também presente no evento, o prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador, considerou a assinatura do contrato um "divisor de águas". Ele enfatiza que se trata de uma iniciativa amplamente ligada ao tema da transição energética.

Por fim, o governador salienta que acredita muito no potencial da região de Candiota no processo de transição energética justa. "Mas, é algo que precisa de tempo, é uma transição, não uma ruptura", finaliza Leite.

RS organizará evento sobre cadeia do hidrogênio verde neste semestre

Antes do final do primeiro semestre deste ano, o governo gaúcho pretende realizar um evento estadual focado no hidrogênio verde. De acordo com a secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), Marjorie Kauffmann, o objetivo é atrair investidores desse campo e apresentar as potencialidades do Rio Grande do Sul.

Ela acrescenta que a ideia conta com o apoio da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS). A realização do evento foi mencionada ontem durante a assinatura do contrato entre o governo do Estado e a Âmbar Sul Energia para a implantação de uma unidade industrial para a produção de hidrogênio na cidade de Candiota.

Esse projeto foi um dos quatro que conseguiram recursos através do Edital de Desenvolvimento da Cadeia do Hidrogênio Verde (H₂V-RS), que prevê o auxílio com recursos estaduais a iniciativas dessa natureza. Além da Âmbar, já firmaram contratos dentro do programa a Tramontina (uso do combustível para alimentar fôrmas industriais e conversão da fro-

ta interna de empilhadeiras), a Be8 (instalação de um posto para abastecer caminhões com hidrogênio feito a partir de etanol) e Rodoplast (que vai produzir o hidrogênio a partir do vapor do óleo de pirólise gerado por resíduos sólidos urbanos). Esses empreendimentos serão realizados, respectivamente, nos municípios de Carlos Barbosa, Passo Fundo e Vacaria.

O governador Eduardo Leite ressalta que o Estado tem uma vocação para o hidrogênio. "Porque ele tem demanda interna e capacidade de produção a partir das energias renováveis, seja solar ou eólica, entre outras", enfatiza o dirigente. Nesse cenário, Leite comenta que o Rio Grande do Sul precisava ter os empreendimentos iniciais que movimentassem essa economia.

Por isso, segundo ele, o governo gaúcho avançou em uma política de subvenção dessa economia aportando R\$ 100 milhões para dar suporte aos primeiros quatro projetos no Estado nessa área. O começo desse "ecossistema", indica o governador, deve contribuir para a atração de novas empresas que desejam atuar nesse setor, agregando escala no processo de produção do combustível.

Setores químico e petroquímico poderão ter incentivo

/INDÚSTRIA

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, um projeto de lei complementar que institui um regime tributário de transição para a indústria química e petroquímica em 2026, com um incentivo três vezes maior do que o previsto anteriormente para o orçamento deste ano, de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões. Foram 317 votos favoráveis e 61 contrários. A matéria vai ao Senado.

A proposta regulamenta alíquotas temporárias de PIS/Pasep e Cofins para o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), até que entre em vigor, em 2027, o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq). O orçamento de 2026 previa somente R\$ 1,1 bilhão para a medida, mas o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou na semana passada que o governo elevaria o orçamento destinado ao regime de transição.

O projeto apresentado por Carlos Zarattini (PT-SP) previa somente que a renúncia fiscal

decorrente de determinado benefício tributário seria limitada a R\$ 1,1 bilhão no exercício de 2026. Porém, o relator, Afonso Motta (PDT-RS), passou a dividir o limite em dois blocos. O relator adicionou um limite de R\$ 2 bilhões para outra parte dos benefícios tributários ao setor, ampliando o teto global. A justificativa do projeto inicial já previa uma renúncia total de R\$ 3,1 bilhões, mas o relator incorporou a ideia ao texto de fato.

O projeto também passou a prever que os benefícios fiscais sejam extintos no mês seguinte àquele em que forem alcançados os limites fixados. De acordo com o projeto, o impacto é compensado pela previsão de R\$ 1,1 bilhão para essa finalidade na projeção de receita da Lei Orçamentária Anual de 2026 e pela compensação, no valor de R\$ 2 bilhões, relativa ao ganho de arrecadação propiciado pela lei que instituiu uma redução linear de 10% em benefícios fiscais federais.

O texto prevê que a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas pelo produtor ou importador de nafta petroquí-

mica incidentes sobre a receita bruta decorrente desse produto às centrais petroquímicas serão calculadas com base nas alíquotas de 1,52% e 7% para os fatos geradores ocorridos de janeiro de 2025 a fevereiro de 2026 e de 0,62% e 2,83% para os fatos geradores ocorridos de março de 2026 a dezembro de 2026.

A regra passará a ser aplicada para as vendas de gás natural e amônia para a produção de cianeto de sódio, ácido cianídrico, metacrilatos, acetonacídrina, ácido metacrílico, hidrogênio, monóxido de carbono e dióxido de carbono. Também prevê a aplicação das regras para a venda de n-parafina, óleo de palmiste, cumeno e 1,2-dicloroetano para insumo na produção de itens como polietileno, polipropileno, dicloroetano, entre outros produtos.

Na justificativa, são mencionados "desafios estruturais severos" no setor. Os autores da proposta mencionam o elevado custo do gás natural e um déficit na balança comercial de produtos químicos, que atingiu US\$ 44,1 bilhões em 2025, de acordo com números apresentados por ele.